

Economistas de sete partidos discutem plano de emergência

por Claudio Kuck
de Brasília

Está crescendo a cada dia a idéia de se chegar a um acordo político e econômico de emergência, a partir do Congresso Nacional, que garanta a transição democrática até a eleição e posse do próximo presidente da República, evitando-se a rota da hiperinflação. Ontem, o presidente do Senado, Nelson Carneiro, fez a segunda reunião da semana com líderes e presidentes de sete partidos, ficando acertada a indicação de economistas partidários para discutir planos econômicos de emergência apresentados pelo PSDB, PL e PMDB.

O presidente do PSDB, Franco Montoro, nomeou o deputado José Serra, enquanto o PTB escolheu José Carlos Assis e o PL indicou o economista Paulo Guedes. Pelo PDS deve participar das discussões o deputado Delfim Netto, com o PMDB ficando com o deputado Osmundo Rebouças e o PDT com o deputado Cesar Maia. O PFL ainda não designou seu representante, mas o senador Nelson Carneiro quer que o grupo passe a trabalhar no começo da próxima semana, "pois a situação é grave e não há tempo a perder".

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), esteve ontem como o presidente Sarney e depois disse no Congresso a Nelson Carneiro que o governo quer participar com todos os ministros do pretendido acordo de emergência. "Sarney tem o maior interesse em dialogar com o Congresso para

sair da atual crise econômica. Ele mostrou no orçamento todas as dificuldades que o governo enfrenta para cortar despesas, garantindo que é só os congressistas mostrarem claramente o que querem cortar que ele corta", explicou Franco.

O presidente da CNI afirmou ainda que recebeu na manhã de ontem telefonemas de dezenas de empresários, dos mais diferentes setores, dando total solidariedade a um novo pacto. Ao mesmo tempo, enquanto o senador Nelson Carneiro conversava com os líderes políticos, quem lhe telefonou dando também seu apoio foi o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato.

Para Franco, Sarney pareceu muito preocupado com as perspectivas de crescimento da inflação nos próximos meses, ao mesmo tempo que espera reverter esse processo a partir de um acordo nacional. O presidente também se queixou ao senador pelo excesso de notícias negativas sobre a economia, garantindo que o desemprego diminuiu e que alguns setores industriais estão vendendo muito e atravessando a fase de expansão. "Sarney disse textualmente que a negociação de um acordo com o Congresso será a ponte para a transição até as eleições", continuou o presidente da CNI.

O líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), defendeu na reunião a adoção do parlamentarismo para sair da crise, "o que não seria um golpe agora, pois esse regime de governo teria sido aprovado na Constituinte se não fossem as pressões expúrias do governo na época". Já o secretário-geral do PFL, Heraldo Tinoco (BA), só aceitaria a mudança para o parlamentarismo com eleições gerais, mas defendeu o enxugamento da máquina federal, "adaptando-a à nova Constituição híbrida e descentralizadora".

Tito alertou o País para o perigo da hiperinflação, "do conseqüente caos econômico que desaguaria fatalmente num golpe militar". Disse ainda que ficou chocado com o pessimismo demonstrado pelos deputados Delfim Netto e Cesar Maia diante do atual quadro econômico nacional. Ele pregou um acordo de emergência suprapartidário, que seria levado ao plenário do Congresso em sessão histórica.

O líder do PMDB no Senado quer que somente depois o Congresso chame os líderes empresariais, sindicais e outras entidades de classe, além do governo, "para a redação final de um programa nacional de emergência".

O deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), líder do governo, garantiu também que o presidente Sar-

ney apóia a iniciativa e quer colaborar. Para ele, "um pacto de emergência tem muito mais chance de dar certo agora, porque as decisões teriam o respaldo de 95% dos parlamentares, com os partidos querendo abrir mão de interesses eleitorais e dispostos a tomar medidas impopulares". Entre as medidas impopulares, Ponte e outros líderes citaram uma cordo sobre a Previdência Social, demissões no funcionalismo federal, estadual e municipal, uma política salarial realista, "com o governo acima de tudo só gastando o que arrecadar". Ao senador Albano Franco, Sarney lamentou ontem que infelizmente o governo continua gastando mais do que arrecada.

O presidente do PSDB, Franco Montoro, propôs um programa de emergência de seis pontos: definição de uma política salarial e de garantia de nível de emprego; regras de reajuste e controle de preços e abastecimento; fixação de normas sobre o direito de greve; uma regra clara de indexação da taxa de câmbio; garantia dos títulos da dívida interna, para evitar a evasão de recursos para o exterior; e medidas de austeridade relativas a tributos e despesas públicas.

Já o presidente do Partido Liberal, deputado Alvaro Valle, sugeriu um extenso programa que inclui a renegociação da dívida externa através dos técnicos do Itamaraty; estimular a entrada líquida de capitais externos de risco para aumentar o nível de emprego e a capacidade interna de compra; um esforço concentrado do Congresso para debate e votação imediata de medidas econômicas apresentadas pelo Executivo; revisão dos investimentos já programados; fechamento de ministérios, autarquias, empresas e fundos que não tenham funções prioritárias; privatização das estatais preservando só as essenciais como a Petrobrás; e fim das mordomias e criação de frentes de emergência para os necessitados no setor de alimentação, trabalho e saúde.

"EQUÍVOCO PASSAGEIRO"
— Qualificando o ex-governador Fernando Collor de Mello de "equivocado passageiro", o candidato a vice-presidente pelo PMDB, Waldir Pires, previu que o apoio ao partido "irá crescer sem cessar". Ele justifica esse otimismo com a convicção de que o PMDB irá resgatar o papel de defensor das mais importantes reivindicações populares, informa a Agência Globo.